



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E
GESTÃO PÚBLICA (FACE)**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS (CCA)

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IAN ALVES SILVA

**Análise dos problemas cadastrais enfrentados pelas Empresas Juniores: um
estudo de caso na Universidade de Brasília**

**BRASÍLIA – DF
2023**

IAN ALVES SILVA

**Análise dos problemas cadastrais enfrentados pelas Empresas
Juniors: um estudo de caso na Universidade de Brasília**

Monografia apresentada a Universidade de
Brasília (UNB), para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Cláudio Santana (UNB)

BRASÍLIA – DF
2023

Dedico esse trabalho aos meus pais Wânia Maria e Luiz Carlos, aos quais sempre me apoiaram e motivaram a lutar do início ao fim, sendo-lhes um dos grandes responsáveis por esta conquista!

AGRADECIMENTOS

Dedico esse agradecimento principalmente a duas pessoas muito importantes na minha vida, que me deram forças e incentivo para que eu pudesse conseguir concluir esse TCC.

A primeira dessas pessoas é com certeza a minha mãe, que sempre esteve presente em minha vida e principalmente nesse momento turbulento pelo qual estou passando. A sua ajuda e os seus incentivos diários me fizeram ser essa pessoa que sou hoje, sou eternamente grato e obrigado por sempre acreditar e apoiar minhas decisões.

A segunda não é exatamente uma pessoa, mas sim minha cachorrinha Brisa que em todos os momentos difíceis em que quase desisti, esteve ao meu lado me acalmando e me fazendo seguir em frente.

Agradeço também ao meu pai e a todos os meus amigos, pelos valiosos conselhos e ensinamentos que vocês puderam me proporcionar ao longo deste projeto. Sua orientação e apoio foram fundamentais para o meu crescimento e desenvolvimento durante essa jornada. Estou imensamente grato pela presença e a contribuição de cada um de vocês em minha vida.

E pra finalizar, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, Cláudio Santana, que mesmo eu estando meio perdido sobre como prosseguir com esse projeto, ele me apoiou e orientou de forma extraordinária. Sua dedicação e conhecimento foram essenciais para o sucesso deste trabalho. Sou muito grato e espero poder reencontrá-lo daqui a alguns anos.

RESUMO

Empresas Juniores (EJs) são associações geridas por estudantes universitários que visam realizar projetos e serviços para promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos próprios estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho. Nesse contexto, este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar e analisar os problemas cadastrais enfrentados pelas EJs nos cursos da Universidade de Brasília (UNB). Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica aplicada a todas as EJs vinculadas a UNB, independente do campus e que estejam localizadas. Para isso, será realizado um levantamento abrangente dos dados cadastrais disponíveis publicamente de cada empresa, juntamente com uma pesquisa de campo, a fim de identificar possíveis inconsistências nos registros. Os resultados serão apresentados após a interpretação e cruzamento das informações coletadas. O trabalho será concluído com os principais resultados encontrados e as recomendações para a execução do projeto de pesquisa e extensão no curso de Ciências Contábeis da UNB. Espera-se que essa pesquisa contribua para a eficiência, transparência e conformidade das EJ, estabelecendo uma base sólida para seu desenvolvimento e sucesso.

Palavras-chaves: Empresas Juniores; Problemas cadastrais; Universidade de Brasília; Transparência.

ABSTRACT

Junior Enterprises (EJs) are associations managed by university students that aim to carry out projects and services to promote the academic and professional development of the students themselves, preparing them for the job market. In this context, this research project aims to investigate and analyze the registration problems faced by EJs in courses at the University of Brasília (UNB). This is a descriptive and bibliographic research applied to all EJs linked to UNB, regardless of the campus and where they are located. For this, a comprehensive survey of the publicly available registration data of each company will be carried out, together with a field survey, in order to identify possible inconsistencies in the records. The results will be presented after the interpretation and crossing of the collected information. The work will be concluded with the main results found and the recommendations for the execution of the research and extension project in the Accounting course at UNB. This research is expected to contribute to the efficiency, transparency and compliance of the EJ, laying a solid foundation for its development and success.

Keywords: Junior Companies; Registration problems; University of Brasilia; Transparency.

Lista de abreviaturas e siglas

EJ	Empresa Júnior
EJs	Empresas Juniores
BJ	Brasil Júnior
IES	Instituições de Ensino Superior
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Empresariais
CNPJ	Certidão Nacional Pessoa Jurídica
DBE	Documento Básico de Entrada
MEJ	Movimento das Empresas Juniores
TFE	Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos
CND	Certidão Negativa de Débito
UnB	Universidade de Brasília
QSA	Quadro de Sócios e Administradores
RFB	Receita Federal Brasileira
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto sobre Serviço
DF	Distrito Federal
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
ADE	Atos Declaratórios Exclusivos

Listas de tabelas

Quadro 1 – Empresas Júniores a serem analisadas	17
Quadro 2 – Check List.	18
Quadro 3 – Relação entre os endereços das EJs.	23
Quadro 4 – Relação entre as EJs e as Redes Sociais.	26
Quadro 5 – Relação entre as EJs fora das diretrizes do QSA.	28
Quadro 6 – Relação entre as EJs sem conformidade com o CFDF	28
Quadro 7 – Relação entre as EJs sem conformidade com licenciamento.	30
Quadro 8 – Relação entre as EJs sem TFE.	32
Quadro 9 – Relação entre as EJs com ADEs	34
Quadro 10 – Relação entre as EJs com os processos na RFB.	35
Quadro 11 – Relação entre as EJs com CND irregulares.	36
Quadro 12 – Relação entre as EJs com Nada Consta	37
Quadro 13 – Relação entre as EJs que possuem CFDF, licenciamento e TFE	38

Sumário

1 Introdução	9
2 Referencial Teórico	11
2.1 O que é e como se caracteriza um Empresa Júnior?	11
2.2 Qual a estrutura e como funciona uma Empresa Júnior?	13
2.3 Legislação e os documentos legais de uma Empresa Júnior	14
3 Metodologia	16
3.1 Pesquisa de campo	16
3.2 Levantamento documental e bibliográfico	18
3.3 Análise e levantamento dos dados	20
4 Análise e discussões	21
4.1 Estatuto social, regimento e ata de eleição	21
4.2 Endereço	22
4.3 Redes Sociais e Sites Corporativos	26
4.4 Certidão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	27
4.5 Quadro de Sócios e Administradores (QSA)	27
4.6 Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CFDF)	28
4.7 Licenciamento/Alvará	29
4.8 Taxa de Funcionamento de Estabelecimento (TFE)	32
4.9 Atos Declaratórios Executivos (ADE) da RFB	34
4.10 Processos na RFB	35
4.11 Certidões negativas	36
5 Resultados	37
6 Conclusão	39
7 Referências	40

1 – Introdução

O primeiro sinal de criação de uma empresa júnior (EJ), foi em 1967 na França, por alunos da L'École Supérieure des Sciences Economiques ET Commerciales (ESSEC), localizada em Paris, que viram a necessidade de ter uma vivência real no ambiente de negócios, possibilitando a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, a um desenvolvimento maior de habilidades profissionais e um estímulo ao empreendedorismo.

Após a fundação da Junior ESSEC Conseil na França, o conceito de empresa júnior expandiu-se globalmente, alcançando também o Brasil. De acordo com a Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior), órgão regulador das EJs no país, atualmente existem mais de 900 instituições de ensino superior brasileiras. Essas empresas juniores abrangem uma ampla diversidade de cursos, incluindo engenharia, administração, direito, comunicação, entre outros. O crescimento desse movimento reflete a importância e o reconhecimento da contribuição das EJs no desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes.

Com o grande número de empresas juniores no Brasil, surgem também responsabilidades legais e regulatórias. Para garantir a atuação ética e profissional das empresas juniores, existem leis, normas e regras a serem seguidas. Essas diretrizes visam assegurar a qualidade dos serviços prestados, a transparência nas atividades e a responsabilidade social das EJs.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e analisar minuciosamente os problemas cadastrais que afetam as empresas juniores (EJs), atuantes nos cursos da Universidade de Brasília (UNB). Para alcançar esse objetivo, será realizado um levantamento abrangente dos itens de cadastro presentes nos dados públicos de cada empresa.

O trabalho busca responder a seguinte questão: Quais são os possíveis problemas cadastrais encontrados nas empresas juniores atuantes nos cursos da Universidade de Brasília em 2023, após a obtenção dos dados de cadastro? Esses problemas incluem inconsistências nas informações, divergências entre os dados públicos e as informações fornecidas pelas empresas, falta de atualização dos registros, ausência de documentos necessários ou outros aspectos que podem comprometer a regularidade e a transparência das EJs.

Com o intuito de alcançar os objetivos específicos deste trabalho, foram estabelecidos os seguintes direcionamentos: O primeiro passo será a identificação e análise dos problemas encontrados nos dados públicos das EJs. Isso envolverá uma investigação minuciosa das informações cadastrais disponíveis, a fim de comprovar inconsistências, divergências e lacunas nos registros.

O segundo passo será avaliar e mensurar os riscos associados aos problemas identificados nos cadastros das empresas juniores. Será realizado um diagnóstico para compreender o impacto dessas questões e suas implicações para o funcionamento e transparência das EJs.

Por fim, no último passo, o objetivo é propor soluções e recomendações para corrigir e prevenir os problemas cadastrais identificados. Essas propostas visam iniciar um projeto de pesquisa e extensão no âmbito do Curso de Ciências Contábeis da UNB, fornecendo auxílio e a implementação de estratégias para a melhoria dos cadastros das empresas juniores.

Dessa forma, pretende-se contribuir para a eficiência, transparência e conformidade dessas organizações estudantis, promovendo uma base sólida para seu desenvolvimento e sucesso.

A pesquisa segue uma estrutura bem definida, iniciando com uma apresentação sobre o que é e o que caracteriza um EJ, qual a estrutura e o modo de funcionamento delas, concluindo com a legislação referente a esse tipo de empresa. Em seguida, é descrita a metodologia adotada, incluindo detalhes sobre a coleta e análise dos dados.

As análises e resultados obtidos são apresentados após a interpretação dos dados e o cruzamento das informações. Por fim, o trabalho será concluído com os principais resultados e recomendações para a execução do projeto de pesquisa e extensão no âmbito do curso de Ciências Contábeis da UNB.

2 – Referencial Teórico

2.1 – O que é e como se caracteriza uma EJ?

Para que uma Empresa Júnior (EJ) seja criada, é necessário atender a determinadas exigências estabelecidas pela Brasil Júnior. Alguns dos principais requisitos incluem: a constituição e administração exclusiva por parte de estudantes de graduação, a caracterização como uma entidade sem fins lucrativos em que os ganhos obtidos são direcionados para o desenvolvimento, captação e sustentação da empresa. Além disso, as EJs precisam estar vinculadas a uma instituição de ensino superior (IES) em pelo menos um curso de graduação.

A EJ se estabelece como uma associação civil, atuando como pessoa jurídica de direito privado, e é totalmente responsável por todas as suas ações, sem qualquer vínculo com a IES. (Brasil Júnior, 2012)

Outro aspecto relevante que define uma EJ é o princípio do apartidarismo, que visa conciliar interesses e estabelecer vínculos com diversas entidades, evidenciando sua natureza política. É fundamental destacar que esse envolvimento político não deve ser confundido com qualquer forma de engajamento ideológico partidário (Brasil Júnior, 2012).

Com o objetivo de estabelecer diretrizes e simplificar a operação das EJs, a Brasil Júnior (BJ) introduziu o Conceito Nacional de Empresa Júnior (CNEJ). Esse documento desempenha o papel de estabelecer os critérios que uma empresa criada por estudantes universitários devem seguir para ser reconhecida como uma EJ. (Brasil Júnior, 2012)

Existem algumas possibilidades de conceituar o que é uma empresa júnior. A primeira definição de EJ adota uma abordagem informal, destacando características relacionadas às atividades de gestão.

Segundo Cunha (2004), a Empresa Júnior é entendida como um laboratório prático para aplicação do conhecimento técnico e empresarial, caracterizado pela facilidade de implementação de soluções criativas e ausência de burocracia.

Além disso, é importante destacar a evolução desse conceito, conforme apresentado na terceira edição do livro "DNA Júnior: conhecendo o MEJ", publicado pela Confederação Brasileira das Empresas Juniores.

Ainda de acordo com Cunha (2004, p. 3), a Empresa Júnior pode ser conceituada como uma associação civil, composta exclusivamente por alunos de graduação, com um objetivo comum e sem fins econômicos.

Silva (2012, p. 19) amplia essa definição, afirmando que a Empresa Júnior é uma associação civil, sem fins econômicos, formada por alunos de graduação, que presta serviços e desenvolve projetos nas suas áreas de atuação, sob a orientação de professores e profissionais especializados.

De acordo com Brasil Júnior (2015), a Empresa Júnior é uma organização composta exclusivamente por estudantes de graduação que oferecem serviços para micro e pequenas empresas. Durante a realização desses projetos e no cotidiano da empresa, os universitários adquirem conhecimentos em gestão, se especializam em suas áreas de atuação e têm contato direto com o mercado. Essa vivência empresarial proporciona o desenvolvimento de competências essenciais para o empreendedorismo (p. 6).

Nesse contexto, conforme a Lei 13.267, de 6 de abril de 2016, que trata da regulamentação da criação e organização das empresas juniores, estabelece em seu Art. 2º: "Considera-se empresa júnior a entidade organizada nos termos desta Lei, sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho." (Brasil, 2016)

Considerando os conceitos de Cunha (2004), Silva (2012) e Brasil Júnior (2015), assim como o Conceito Nacional de Empresas Juniores, é evidente que a Integração Júnior está em conformidade com as orientações definidas pela Lei 13.267/2016.

2.2 – Qual a estrutura e como funciona uma EJ?

Para iniciar o funcionamento de uma EJ, é fundamental empreender esforços na busca por infraestrutura adequada e recursos financeiros destinados ao pagamento de serviços contábeis e jurídicos. Esses elementos são considerados os primeiros custos que a empresa precisará assumir para o seu funcionamento.

Assegurar uma infraestrutura adequada envolve a busca por um espaço físico que atenda às demandas operacionais da EJ, proporcionando um ambiente favorável para a realização de projetos e atividades. Assim como, contar com profissionais especializados, contadores e advogados, é de extrema importância para garantir a conformidade legal da empresa, auxiliando em questões tributárias, contratuais e administrativas.

Relevante ressaltar que o espaço físico utilizado pela EJ não precisa estar necessariamente situado no campus da universidade, sendo suficiente estabelecer um

vínculo entre a IES e a EJ. Da mesma forma, no que se refere à contratação de advogados e contadores, não é obrigatório que estejam diretamente ligados à instituição de ensino.

Uma estratégia eficaz para obter esses recursos é buscar apoio das IES que podem contribuir para o funcionamento das EJs. É relevante ressaltar que as IES não possuem a obrigação de fornecer recursos ou espaços físicos para os estudantes. Nesse sentido, cabe aos estudantes apresentarem os benefícios da criação de uma EJ, a fim de facilitar o investimento no projeto.

No entanto, de acordo com as orientações da Brasil Júnior (2014), a IES não está autorizada a exigir uma porcentagem dos lucros das EJs ou participação societária. Conforme mencionado pela Brasil Júnior (2014, p.15), "Como a EJ é uma entidade sem fins econômicos, a renda deve ser direcionada para a geração de aprendizado aos seus membros e para o fortalecimento interno".

As IES têm a possibilidade de fornecer apoio às EJs por meio da doação de mobiliário, equipamentos e materiais. No entanto, conforme orientações da Brasil Júnior (2014, p. 13), é de responsabilidade dos membros da empresa adquirir esses recursos utilizando suas próprias receitas.

Contudo, é esperado que, após a abertura e funcionamento da EJ, a principal fonte de receita seja proveniente dos serviços prestados aos clientes, o que possibilitará a cobertura dos custos operacionais e a realização de projetos, conforme destacado por Brasil Júnior (2012, p.20).

Outra alternativa para diminuir os custos operacionais é estabelecer parcerias e convênios, visando reduzir esses gastos. Dessa forma, é possível obter recursos que contribuam para a diminuição dos custos envolvidos na operação. (Brasil Júnior, 2012 p.16)

Ao idealizar a estrutura da EJ, é importante considerar a possibilidade de fundar uma EJ multidisciplinar, envolvendo cursos como Ciências Econômicas, Administração e Contabilidade. Essa abordagem é vantajosa, pois amplia a oferta de serviços e alcança um mercado mais abrangente. Empresas de sucesso costumam contar com profissionais de diversas áreas trabalhando de forma interdisciplinar, o que proporciona uma valiosa experiência para o futuro. (Brasil Júnior, 2012 p.14)

No manual, denominado DNA Júnior, é sugerido que, ao iniciar uma EJ, seja estabelecida uma equipe composta por seis membros, cada um será responsável por uma área fundamental de gestão da empresa. Essas áreas são: Presidência, administrativo-financeiro, marketing, recursos humanos, projetos e qualidade.

A Brasil Júnior desenvolveu esse manual com o objetivo de fornecer orientações aos novos empreendedores juniores, apresentando os principais modelos de gestão e práticas bem-sucedidas observadas em empresas dessa natureza. O uso deste manual não é algo obrigatório de ser seguido, cabe aos gestores decidir o que devem ou não aplicar na empresa.

2.3 – Legislação e documentos legais

Devido à ausência de uma legislação que pudesse regulamentar a atuação das EJs no Brasil, a BJ definiu uma estratégia de longo prazo com o objetivo de alcançar essa

regulamentação. Essa estratégia visava promover a estabilidade das EJs nas IES, por meio do apoio a iniciativas de EJs e federações para a criação de regulamentações locais. Além disso, o fortalecimento da posição política era muito importante para obter a aprovação de um projeto de lei que estabelecesse a regulamentação das EJs em nível federal. Isso visava garantir a segurança jurídica e o reconhecimento oficial das EJs em todo o país. (Pereira, 2016)

Diante disso, com o objetivo de proporcionar maior segurança e conformidade às empresas juniores, a BJ implementou diversas iniciativas e programas, como o Selo EJ, Selo Federação, Plano Nacional de Expansão, Plano Nacional de Regulamentação e o DNA Júnior. Essas medidas foram desenvolvidas visando garantir a adequação das EJs às normas e regulamentações, proporcionando um ambiente mais seguro e propício para o crescimento e desenvolvimento dessas organizações. (Brasil Júnior, 2015)

Em abril de 2016, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Nacional 13.267/2016, que ficou conhecida como a primeira lei específica sobre uma EJ em todo o mundo. Essa legislação marcou um avanço significativo e foi uma vitória importante para o MEJ.

Quando se trata de legislação, é essencial que uma EJ tenha uma atenção especial ao registro de suas atividades, uma vez com a documentação adequada, como atas, notas fiscais, contratos e outros, contribui significativamente para a redução dos obstáculos burocráticos comumente encontrados no percurso dessas organizações. Garantir um registro adequado dos documentos essenciais é fundamental para superar desafios burocráticos e facilitar o funcionamento eficiente da EJ. (Brasil Júnior, 2015)

Para uma EJ, é crucial pensar no estatuto e em seu registro em cartório. O estatuto é o documento formal que constitui uma associação civil e, portanto, uma EJ deve possuir um estatuto. Esse documento é de extrema importância e requer atenção especial, uma vez que contém todas as diretrizes de funcionamento da empresa, incluindo disposições sobre diretorias e gerências, sanções, eleições, prestação de contas, exclusão de membros e outros aspectos relevantes. (Brasil Júnior, 2015)

Outro passo importante é obter um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), o que requer o estatuto registrado e o cumprimento de requisitos estabelecidos pela Receita Federal. Com o CNPJ, a EJ pode emitir notas fiscais, abrir uma conta bancária e fornecer serviços de consultoria de forma regular. Vale ressaltar que as EJs podem se beneficiar de isenção fiscal, além de seguir os procedimentos adequados para a emissão de notas fiscais. (Brasil Júnior, 2015)

Junto com o CNPJ é indispensável à DBE (Documento Básico de Entrada), sendo de extrema importância e consiste em um formulário eletrônico utilizado para solicitar a inscrição, alteração ou baixa no CNPJ junto à Receita Federal do Brasil. É fundamental que as EJs estejam atentas aos procedimentos e prazos necessários para a obtenção do DBE, garantindo assim o pleno funcionamento e desenvolvimento de suas atividades em conformidade com a legislação vigente.

As EJ, enquanto pessoas jurídicas estão sujeitas à obrigatoriedade de apresentar uma CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), sistema de classificação utilizado para identificar e agrupar as atividades econômicas desenvolvidas pelas

empresas. Cada código CNAE corresponde a uma atividade específica e é utilizado para diversos fins, como registro legal, obtenção de licenças, enquadramento tributário e estatísticas econômicas. (Brasil Júnior, 2015)

No caso Específico das EJs, a classificação mais adequada seria o código 85.50-3/02, que está relacionado às atividades de “Ensino de capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional”. Essa classificação é reflexo do objetivo das EJs em oferecer serviços de consultoria e capacitação nas áreas correspondentes aos cursos universitários aos quais são associadas. Vale ressaltar que as EJs também podem ter outras classificações como atividades econômicas secundárias dependendo das particularidades de sua atuação. (Brasil Júnior, 2015)

Ao realizar atividades comerciais com ou sem fins lucrativos no Distrito Federal, é importante destacar a existência da TFE (Taxa de Fiscalização de Estabelecimento) junto com o CNAE. O não pagamento dessa taxa pode resultar em sanções administrativas, como multas por atraso, cobrança de juros, ações de cobrança administrativas, protestos, restrição na emissão da CND (Certidão Negativa de Débitos), bloqueio na emissão de notas fiscais e inclusão na Dívida Ativa.

Com base no artigo 6º da Lei 13.267, é importante para a EJ fomentar uma cultura de empreendedorismo sustentável na instituição em que está vinculada. Nesse sentido, o licenciamento é necessário, uma vez que operar sem a devida licença constitui um crime ambiental. Isso pode acarretar consequências que vão desde multas até o fechamento do empreendimento.

Outro ponto importante para verificar a conformidade de uma EJ com o poder público é a obtenção das certidões negativas. Isso permite atuar de forma mais efetiva em rede, garantindo que os membros do MEJ estejam em situação regular. Além disso, as certidões negativas comprovam que não há funcionários remunerados com carteira assinada e que estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CNEJ e pela Lei 13.267/2016. (Brasil Júnior, 2015)

Por fim, é recomendado arquivar os processos da EJ, seja através de um fluxograma ou de um procedimento operacional. É fundamental ressaltar a importância contínua de regularizar a EJ, com foco na gestão do conhecimento. Ter conhecimento sobre as especificidades do funcionamento de órgãos públicos e detalhes relevantes facilita a obtenção eficiente de documentos, economizando esforços no registro da empresa. (Brasil Júnior, 2015)

3 Metodologia

O estudo consiste em uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva, que utiliza uma abordagem bibliográfica. Tem como objetivo a realização de um levantamento completo dos elementos cadastrais relacionados com todas as empresas juniores em atividade nos cursos da Universidade de Brasília (UNB).

A pesquisa foi dividida em três etapas das quais são separadas em: pesquisa de campo, levantamento bibliográficos e de dados públicos, assim como o cruzamento de dados, a fim de encontrar inconsistências cadastrais das empresas juniores.

3.1 Pesquisa de campo

A primeira etapa adota a condução do trabalho de campo, da qual consistiu em uma abordagem sistemática, que envolveu a verificação direta dos locais físicos onde as empresas juniores da Universidade de Brasília (UNB) estão localizadas. Foi realizada uma pesquisa prévia antes, com o objetivo de identificar e mapear todas as entidades registradas como movimento empresa júnior (MEJ) na UNB, com o intuito de assegurar a precisão e a veracidade das informações e se as empresas estavam efetivamente operando.

Durante as visitas, são aplicados procedimentos padronizados para registrar as evidências da existência das MEJ nos respectivos endereços informados. Isso inclui a verificação da presença de placas de identificação, mobiliário e equipamentos associados à atividade de cada uma delas, bem como a interação com os membros e colaboradores presentes no momento das visitas.

Conforme mencionado anteriormente, este estudo abrange a análise de todas as EJs localizadas na UnB. A tabela a seguir apresenta todas as EJs que serão objeto de análise nesta pesquisa:

Quadro 1 – Empresas Juniores a serem analisadas

Empresas Júnior	Cursos	Campus	CNPJ
ÁBACO	Ciências Contábeis	Darcy Ribeiro	30.306.001/0001-20
AD&M Consultoria Empresarial	Administração	Darcy Ribeiro	97.457.154/0001-49
Advocatta	Direito	Darcy Ribeiro	22.996.791/0001-94
Aracá	Medicina Veterinária	Darcy Ribeiro	45.417.469/0001-69
ARCH	Arquivologia	Darcy Ribeiro	34.845.444/0001-40
Ateliê Muda	Arquitetura e Urbanismo	Darcy Ribeiro	35.308.966/0001-75
Astrodatum	Geografia	Darcy Ribeiro	31.286.661/0001-59
Avenir Consultoria Sanitária	Saúde Coletiva	Ceilândia	37.364.804/0001-80
CJR Emp. Jr de Computação	Ciências da Computação	Darcy Ribeiro	03.632.310/0001-17
Cogitatus	Enfermagem	Darcy Ribeiro	40.260.426/0001-07
Concreta Consultoria e Serviços	Engenharia, Civil, Ambiental e Arquitetura	Darcy Ribeiro	01.637.050/0001-47
ConFiE Jr	Fisioterapia	Ceilândia	37.470.494/0001-88
Cráton	Geologia	Darcy Ribeiro	24.079.566/0001-19
CSTQ Jr.	Química	Darcy Ribeiro	23.215.124/0001-90
Doisnovemeia Publicidade	Comunicação Social	Darcy Ribeiro	01.350.243/0001-12
Domani Consultoria	Relações Internacionais	Darcy Ribeiro	00.851.610/0001-07

Ecoflor	Engenharia Florestal	Darcy Ribeiro	10.481.891/0001-07
Econsult	Economia	Darcy Ribeiro	03.900.109/0001-73
Embragea	Gestão Ambiental	Planaltina	12.300.502/0001-17
Endêmica Júnior	Biologia	Darcy Ribeiro	40.032.283/0001-78
Enetec	Engenharia Elétrica	Darcy Ribeiro	08.768.283/0001-28
EneNet Consultoria	Engenharia de Redes de Comunicações	Darcy Ribeiro	10.279.902/0001-62
Engrena	Engenharia Automotiva	Gama	23.763.989/0001-90
Estat Consultoria	Estatística	Darcy Ribeiro	01.123.622/0001-70
Facto.	Comunicação Social	Darcy Ribeiro	11.370.755/0001-02
Flua Consultoria Ambiental	Engenharia Ambiental e Civil	Darcy Ribeiro	30.617.342/0001-16
Genesys Biotecnologia	Biotecnologia	Darcy Ribeiro	27.965.876/0001-29
Grupo Gestão	Engenharia de Produção	Darcy Ribeiro	13.164.648/0001-45
Lamparina Design	Desenha Industrial	Darcy Ribeiro	08.699.187/0001-75
Matriz Engenharia de Energia	Engenharia de Energia	Gama	23.514.124/0001-90
MecaJun	Engenharia Mecatrônica	Darcy Ribeiro	04.874.290/0001-53
Museotec	Museologia	Darcy Ribeiro	30.905.956/0001-01
Nutrir Consultoria em Nutrição	Nutrição	Darcy Ribeiro	12.419.862/0001-32
O2 Consultoria Ambiental	Ciências Ambientais	Darcy Ribeiro	17.250.914/0001-03
Olé Júnior	Educação Física	Darcy Ribeiro	12.630.419/0001-06
Orc'estra Gramificação	Engenharia de Softwer	Gama	27.389.308/0001-27
Phygeo	Geofísica	Darcy Ribeiro	13.032.943/0001-48
Polaris Jr.	Turismo	Darcy Ribeiro	23.818.912/0001-70
Praxis Consultoria Jr.	Psicologia	Darcy Ribeiro	01.091.987/0001-60
PublicaE Consultoria Jr.	Políticas Públicas	Darcy Ribeiro	29.240.788/0001-95
Pupila Audiovisual	Comunicação e Áudio Visual	Darcy Ribeiro	12.556.073/0001-43
Quark Up	Física	Darcy Ribeiro	45.248.949/0001-43
Quimera Empresa Júnior	Letras	Darcy Ribeiro	20.989.701/0001-02
ResultAgro	Gestão de Agronegócio	Planaltina	17.295.360/0001-60
Socius Consultoria Júnior	Ciência Sociais	Darcy Ribeiro	02.826.932/0001-13
Strategos Consultoria	Ciência Política	Darcy Ribeiro	07.477.994/0001-80
Struct	Engenharia de Produção	Darcy Ribeiro	21.803.569/0001-65
Tecmec	Engenharia Mecânica	Darcy Ribeiro	09.053.481/0001-78
Terapeutica Jr	Farmácia	Darcy Ribeiro	24.455.184/0001-42
Zenit Aerospace	Engenharia Aeroespacial	Gama	22.162.485/0001-52

Fonte: Elaboração própria

3.2 Levantamento documental e bibliográfico

Na segunda etapa, realizamos um levantamento bibliográfico e documental de dados públicos, visando levantar toda a situação da instituição em relação aos aspectos legais operacionais necessários, para que ela possa efetuar as suas operações sem que existam empecilhos para o seu funcionamento e aproveitamento das vantagens garantidas nas normas tributárias-fiscais.

A tabela a seguir apresenta uma relação completa de todas as variáveis analisadas, descrevendo as observações realizadas e a metodologia empregada para a coleta dos dados.

Quadro 2 – Check List

Item	Verificação	Procedimento (Simplificado)
Estatuto social, Regimento de Ata de eleição e/ou posse de diretoria	Na Ej, do histórico de atos registrados, para obter o último ato registrado com fins de comparar com os dados atuais e a realidade da Ej.	Obtenção dos documentos junto á Ej ou junto ao cartório em que foi registrado a Ej.
Identificação do estabelecimento	Se o nome fantasia está de acordo com o registrado e é o que aparece no estabelecimento.	Visitação ao local da Ej, verificação pelo Google StreetView, verificação em redes sociais e sites institucionais, comparação com os atos constitutivos e cadastros estatais (CNPJ, CFDF, Licenciamento e TFE).
Nome na internet	Se o nome e logotipo utilizado nos sites e nas redes sociais é o mesmo da EJ.	Observar se o endereço, logotipo, e-mail, telefone e CNPJ constam em sites (de uma maneira fácil de encontrar).
Endereço de localização	Se o endereço de funcionamento está completo e correto nos cadastros governamentais e se a Ej funciona realmente no endereço declarado.	Verificação dos itens na internet (site e redes sociais, com Instagram, Facebook, WhatsApp Business, LinkedIn, etc.) confronto com os todo.
Visualização de redes sociais e site	Se o nº do CNPJ e endereço da EJ constam do seu site, se a identidade visual consta as redes sociais da EJ (caso sejam utilizadas).	Busca no site: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=
Cartão CNPJ	Se o registro na RFB está em conformidade com os demais documentos.	Após o cartão do CNPJ, clicar em consultar QSA (quadro de sócios).
Quadro de sócios (QSA)	Se o registro na RFB está em conformidade com os demais documentos.	Verificação, com uso de certificado digital ou autenticação, da ficha cadastral da EJ no site @gencianet.
Cartão CFDF	Os dados cadastrais que constam na Secretaria de Economia do DF.	Verifica se existe licenciamento para o CNPJ consultado no site da JUCIS/DF.
Licenciamento/ alvará	Se há licenciamento válido ao exercício da atividade no endereço e no período	

Taxa de Funcionamento de Estabelecimento	Se há o lançamento do tributo junto ao DFLegal	Consulta no site: http://www.dflegal.df.gov.br http://geoservicos.agemis.df.gov.br/?q=segunda_via/list_form Item taxas e multas, Empresa, débitos e pagamentos, boleto pagamento.
Atos Declaratórios Executivos (ADE) da RFB	Se há algum ADE emitido pela RFB, a partir da existência (ou não) é possível saber alguma pendência na RFB.	Verificar no site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/SERVICOS/EDITAIS/CONSULTAEDITAIS.ASPX Se for encontrado algum há problemas fiscais a serem resolvidos.
Processos na RFB	Se existe algum processo da EJ na RFB e qual o seu andamento.	Verificar no site: https://comprot.fazenda.gov.br/comprotegov/site/index.html#ajax/processoconsulta.html
Certidões negativas	Se é possível emissão das certidões negativas junto a órgãos públicos.	Ver nos Seguintes sites: FGTS e EMPREGADOR https://consultacrf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf# RFB https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/EmitirPgfn GDF https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao TJDF https://cnc.tjdft.jus.br/ TRF https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao TST https://www.tst.jus.br/certidao1 TSE https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral

Fonte: Elaboração própria

3.3 Análise e levantamento dos dados

Por fim, na terceira e última etapa, foi feita a análise e processamento dos dados obtidos durante o levantamento das 51 empresas juniores registradas na Universidade de Brasília (UNB).

Para uma análise mais precisa dos dados, foram empregados gráficos e planilhas no software Excel e na plataforma Power BI. Essas ferramentas foram utilizadas com o objetivo de visualizar e interpretar de uma maneira mais eficiente as informações coletadas, proporcionando uma análise detalhada das variáveis estudadas. A utilização desse recurso tecnológico permitiu a identificação de padrões, tendências e relações entre os dados, contribuindo para uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Nessa etapa o objetivo principal foi identificar e avaliar os problemas cadastrais encontrados, com o intuito de iniciar um projeto de pesquisa e extensão no âmbito do Curso de Ciências Contábeis da UNB. Essa iniciativa visa aprimorar e aprofundar o conhecimento sobre a situação cadastral das empresas juniores, fornecendo subsídio para a implementação de estratégias de melhorias e soluções efetivas.

A análise dos problemas identificados constitui um primeiro passo crucial para a realização do referido projeto contribuindo para a realização acadêmica dos estudantes de contabilidade.

4 Análise e discussões

4.1 Estatuto social, Regimento e Ata de eleição

As empresas juniores (EJs), por serem classificadas como pessoas jurídicas, são obrigadas a cumprir o requisito formal do estatuto social, conforme estabelecido na legislação aplicável. O estatuto social desempenha um papel fundamental ao estabelecer as regras e normas internas da empresa, abrangendo sua finalidade, estrutura, funcionamento e responsabilidades dos membros. Além disso, ele tem o propósito de uniformizar o Movimento Empresa Júnior (MEJ) brasileiro, contribuindo para sua consolidação e fortalecimento. Ao cumprir os requisitos estabelecidos no Conceito Nacional de Empresa Júnior (CNEJ) e nas leis específicas, a EJ busca garantir sua conformidade legal e obter o Selo EJ, concedido pela Brasil Júnior.

Para que uma EJ esteja devidamente regulamentada e possa conquistar o Selo EJ, é imprescindível que seu estatuto social seja elaborado e aprovado em uma Assembleia Geral, etapa essencial para assegurar que todas as normas e diretrizes da empresa sejam estabelecidas de maneira clara, adequada e em conformidade com as exigências legais. O estatuto social serve como um guia que determina os princípios, valores e objetivos da empresa, além de definir a estrutura organizacional, os direitos e deveres dos membros, as responsabilidades da diretoria e demais aspectos relevantes para o funcionamento da EJ.

O regimento interno complementa o estatuto social, abordando aspectos mais detalhados e específicos do funcionamento interno da organização. Ele pode abranger

informações sobre as competências das diretorias, práticas internas, procedimentos operacionais, critérios de admissão e exclusão de membros, entre outros temas relacionados à gestão da EJ. O regimento interno é um documento mais flexível em comparação ao estatuto social, permitindo que determinadas normas sejam modificadas com maior facilidade, desde que estejam em conformidade com as disposições estabelecidas no estatuto social e com os demais regulamentos aplicáveis.

A ata de eleição e posse é outro documento de extrema importância, pois materializa as disposições estabelecidas no estatuto social e no regimento interno. Essa ata registra oficialmente a eleição dos membros da diretoria e suas respectivas posições, conferindo legitimidade à nova gestão da EJ. O registro em ata é fundamental para garantir a transparência e a segurança jurídica da empresa júnior, além de servir como comprovação documental das decisões tomadas em assembleias e das responsabilidades assumidas pela nova gestão.

Diante disso, podemos inferir que todas as EJs investigadas neste estudo possuem o Selo EJ e são oficialmente reconhecidas pela Brasil Júnior. Essa certificação pressupõe a existência e elaboração dos documentos fundamentais, como o estatuto social, o regimento interno e a ata de eleição e posse. Os documentos desempenham um papel crucial na estruturação, legalidade e governança das EJs, garantindo diretrizes claras para o funcionamento interno e estabelecendo responsabilidades para a nova gestão. Embora não tenha sido possível acessar esses documentos publicamente, podemos inferir sua existência com base na certificação concedida.

4.2 Endereço

A divulgação correta do endereço das EJs desempenha um papel crucial na visibilidade e reputação dessas organizações, além de influenciar diretamente o relacionamento com clientes, parceiros e fornecedores. É imprescindível que as informações de localização sejam precisas e atualizadas, pois isso impacta na forma como a EJ é percebida e encontrada pelo público.

Com o objetivo de compreender a situação atual das EJs em relação à divulgação de endereços, foi realizada uma pesquisa abrangendo o levantamento de dados públicos. Essa etapa visou identificar qual endereço estava registrado nos documentos oficiais das EJs, como registros comerciais, licenciamentos e outros documentos legais.

Posteriormente, foi conduzida uma pesquisa específica nas redes sociais das EJs. O objetivo dessa etapa foi averiguar se os endereços encontrados nos documentos oficiais correspondiam aos endereços divulgados nas plataformas online, como websites, páginas em redes sociais e diretórios comerciais.

Essa abordagem permitiu avaliar a consistência e a precisão das informações de localização das EJs. Identificar discrepâncias entre os endereços registrados oficialmente e aqueles divulgados online dos quais são fundamentais para entender possíveis inconsistências ou erros nas estratégias de comunicação e divulgação das EJs.

Após a realização da análise mencionada, foi conduzida uma pesquisa de campo com o intuito de verificar e comprovar a localização real dos estabelecimentos das EJs

estudadas. Essa etapa envolveu visitas presenciais a cada uma delas, a fim de coletar os endereços reais onde essas organizações estão situadas.

Durante as visitas, foram registrados os endereços físicos das EJs de acordo com as informações obtidas no local. Isso possibilitou verificar se os endereços fornecidos nos registros oficiais e divulgados nas plataformas online correspondiam à realidade física dos estabelecimentos.

A pesquisa de campo desempenhou um papel fundamental na confirmação da veracidade dos endereços das EJs, garantindo a precisão e a atualização das informações coletadas. Além disso, permitiu identificar possíveis divergências entre os endereços registrados e os endereços efetivos dos estabelecimentos, contribuindo para a correção de eventuais erros ou inconsistências na divulgação.

Ao obter os dados reais dos endereços das EJs, foi possível consolidar um panorama mais completo e confiável sobre a localização das empresas. Dessa forma, a pesquisa de campo complementou a análise realizada anteriormente, fornecendo evidências concretas e atualizadas sobre a real localização dos estabelecimentos das EJs. Essa abordagem mais detalhada contribui para uma compreensão mais precisa e confiável da situação geográfica das EJs estudadas, trazendo maior embasamento e relevância para os resultados obtidos na pesquisa.

A tabela abaixo demonstra a relação entre a localização real das EJs, e a situação dos endereços encontrados nos documentos e nas redes sociais.

Quadro 3 – Relação entre os endereços das EJs

Empresas Júnior	Endereço reais	Dados Públicos	Redes Sociais
ÁBACO	Campus Darcy Edif FACE bloco D Sala DT- 09/15	Sala Incorreta	Confere
AD&M Consultoria Empresarial	Campus Darcy FACE Sala DT- 09/29	Confere	Confere
Advocatta	Campus Darcy Ribeiro Sala CSS - 07	Confere	Incompleto
Aracá	Campus Darcy Sala ASS - 109-13	Confere	Incompleto
ARCH	Campus Darcy Edif BCE Entrada Leste Sala 207	Confere	Confere
Ateliê Muda	Campus Darcy ICC Norte Sala 30 ASS - 13 SUBS FAU	Confere	Incompleto
Astrodatum	Campus Darcy SUBS Modulo 25 Inst Central Ciência	Confere	Incompleto
Avenir Consultoria Sanitária	Campus Ceilândia Sala A1 - 07/35	Confere	Confere
CJR Emp. Jr de Computação	Campus Darcy Ala Norte /Parte SL - 06	Confere	Incompleto
Cogitatus	Campus Darcy Faculdade de Medicina e saúde coletiva	Incompleto	Incompleto
Concreta Consultoria e Serviços	Campus Darcy FT FAC Tecnologia Sala - 49/18	Confere	Incompleto

ConFiE Jr	Setor Campus Universitário Faculdade Ceilândia , Setor A Norte	Confere	Incompleto
Cráton	Campus Darcy Prédio ICC Ala Central Sala AT 327/19	Confere	Incompleto
CSTQ Jr.	Campus Darcy – Intitulo de química - Gleba A	Confere	Confere
Doisnoveia Publicidade	Campus Darcy ICC Norte BL A Sala AT 626	Sala Incorreta	Confere
Domani Consultoria	Campus Darcy Inst de CIE POL REL Parte Sala 214	Confere	Incompleto
Ecoflor	Campus Darcy Departamento Florestal Sala A1 20/46	Sala Incorreta	Confere
Econsult	Campus Darcy FACE Sala DT 09/43	Confere	Confere
Embragea	UnB Planaltina - Lab Modelagem Fac Unb Planaltina Vila N Sra De Fatima	Incompleto	Confere
Endêmica Júnior	Campus Darcy - IB Instituto de Biologia	Incompleto	Incompleto
Enetec	Campus Darcy Departamento de Eng. Elétrica Prédio SG Setor de Laboratório Sala AT 56/14	Confere	Incompleto
EneNet Consultoria	Campus Darcy Faculdade de Tecnologia SG Sala AT 55/41	Confere	Confere
Engrena	UnB Gama - Área Especial de Indústria. Projeção A - 480	Incorreto	Confere
Estat Consultoria	Campus Darcy DPT Estatística Predio CIC/EST Sala AT 12/25	Confere	Confere
Facto.	Campus Darcy ICC Norte Sala 636	Sala Incorreta	Confere
Flua Consultoria Ambiental	Corredor do ENC - Campus Darcy Ed Faculdade de Tecnologia, Sala CT 52/18	Incorreto	Confere
Genesys Biotecnologia	Campus Darcy IB Bloco E Sala ET 29/22	Confere	Confere
Grupo Gestão	Q SGAN 608 Conj F Bloco 02 Sala 302 E 304	Confere	Confere
Lamparina Design	Campus Darcy Inst. Central de Ciências Ala Central Bloco C Modulo 18 sala 470	Confere	Incompleto
Matriz Engenharia de Energia	UnB Gama - Área especial de industria projecao a	Incorreto	Confere
MecaJun	Campus Darcy – FT Departamento de Engenharia Mecânica, Sala DT 46/18	Incorreto	Confere

Museotec	Campus Darcy - Faculdade de Ciência e Informação	Incompleto	Incompleto
Nutrir Consultoria em Nutrição	Campus Darcy Faculdade de Medicina / Faculdade de Ciências de Saúde AT 06/57	Incorreto	Confere
O2 Consultoria Ambiental	Campus Darcy Pavilhão Multiuso 2 Sala B1 15/6	Confere	Incompleto
Olé Júnior	Campus Darcy - Centro Olímpico Bloco E	Confere	Confere
Orc'estra Gramificação	AE de Industria Projeção A - UnB Sala 480	Confere	Confere
Phygeo	Campus Darcy ICC INST. Central Ciencias Setor Inst. Geociências Sala ASS 386/11	Sala Incorreta	Confere
Polaris Jr.	Campus Darcy - Centro de Excelência em Turismo, Módulo B, Sala - BT-09/18	Incorreto	Confere
Praxis Consultoria Jr.	Campus Darcy ICC SUL Sala AT 67/06	Incorreto	Confere
PublicaE Consultoria Jr.	Campus Darcy Prédio da FACE (fechado temporariamente)	Incompleto	Incompleto
Pupila Audiovisual	Campus Darcy ICC Norte Sala A1 - 682	Confere	Incompleto
Quark Up	Campus Darcy - ICC Norte	Incompleto	Incompleto
Quimera Empresa Júnior	Campus Darcy - ICC Sul, sala BSS 045	Incorreto	Confere
ResultAgro	UnB Planaltina - Vila Nossa Senhora de Fátima Universidade de Brasília Sala At 19/9	Incompleto	Confere
Socius Consultoria Júnior	Campus Darcy Q Prédio Multiuso II Terreo Sala BT 45/02	Confere	Incompleto
Strategos Consultoria	Campus Darcy Prédio de IPOL/IREL	Confere	Confere
Struct	Campus Darcy Edif. Prédio SG - 11 Energia Elétrica Sala AT 03/08	Confere	Incompleto
Tecmec	Campus Darcy Faculdade de Tecnologia GT-04/18	Incompleto	Confere
Terapeutica Jr	Campus Darcy - Faculdade de Medicina e Saúde Coletiva	Incompleto	Incompleto
Zenit Aerospace	Área Especial de Indústria. Projeção A, UNB - DF - 480 Gama Leste	Confere	Confere

Fonte: Elaboração própria

Constatou-se que grande parte das EJs possui consistência entre a localização real dos estabelecimentos e os registros legais da empresa. Isso indica que as informações fornecidas nos documentos oficiais das EJs estão alinhadas com a realidade física dos endereços onde estão sediadas.

A congruência entre a localização real das EJs e os registros legais é um sinal positivo, pois mostra que as empresas estão conscientes da importância de manter seus dados cadastrais precisos e atualizados. No entanto, durante a pesquisa, foram identificadas algumas divergências entre os registros legais e a localização real das EJs. Essas inconsistências indicam que algumas empresas possuem informações cadastrais que não condizem com a sua situação atual.

Durante as visitas às EJs, foi observado que em alguns casos os endereços registrados não forneciam informações completas, como números de sala ou blocos específicos onde as empresas estavam localizadas. Essa falta de detalhes específicos era evidente tanto nos dados cadastrais quanto nas informações disponíveis na internet, o que indica que algumas das EJs não estavam fornecendo essas informações de forma clara e precisa.

A maior parte dessa falta de informação foi constatada nas redes sociais e nos sites corporativos das EJs. Nessas plataformas, não foram identificadas informações incorretas, mas sim uma falta de detalhamento em relação aos endereços. Isso difere dos dados cadastrais, nos quais algumas EJs possuem endereços desatualizados.

Portanto, é essencial que as EJs estejam conscientes da importância de atualizar seus dados cadastrais para refletir seus novos locais de operação. Além disso, é recomendável fornecer informações completas, incluindo detalhes específicos sobre a localização dos estabelecimentos, como números de salas, blocos, andares, entre outros elementos relevantes. Essas informações precisas promovem maior transparência no cumprimento das obrigações legais e facilitam a divulgação para potenciais clientes.

4.3 Redes Sociais e Sites Corporativos

A evolução da tecnologia e o surgimento da Internet transformaram o cenário do marketing, proporcionando novas oportunidades para as empresas. Agora, as empresas precisam estar presentes no ambiente online, já que os consumidores buscam ativamente pelos anunciantes. Nesse cenário o digital ganhou destaque com o surgimento de blogs, sites colaborativos e redes sociais na Internet. Esses canais de comunicação virtual abriram novas oportunidades para as empresas interagirem com seus clientes e atrair novos negócios. A Internet tornou-se uma ferramenta inovadora para a interação e fonte de negócios em geral.

No entanto, é de extrema importância que tanto as EJ quanto as empresas em geral cumpram uma série de requisitos ao criar e divulgar suas redes sociais e sites. A primeira delas destaca-se a necessidade de fornecer e divulgar corretamente os endereços físicos das EJs. Isso implica em garantir que as informações de localização, como endereço completo, número de telefone e outras formas de contato, sejam precisas e estejam facilmente acessíveis aos usuários. A divulgação correta dos endereços físicos é fundamental para transmitir confiança, facilitar o acesso aos serviços e estabelecer uma comunicação efetiva com o público-alvo.

Além disso, é essencial que o número do CNPJ esteja devidamente referenciado nas redes sociais e nos sites das EJs e demais empresas. A inclusão do número do CNPJ

nas plataformas online é fundamental para fornecer transparência e credibilidade aos clientes e usuários, além de cumprir com as obrigações legais.

O presente estudo apresenta uma análise da relação entre as redes sociais e as EJs, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 4 – Relação entre as EJs e as Redes Sociais

Redes Sociais	Quantidade por EJs
Facebook	28
Instagram	44
LinkedIn	35
Sites Corporativos	49

Fonte: Elaboração própria

Após a análise das EJs investigadas, observou-se que todas elas adotam estratégias de divulgação de suas atividades por meio de dois principais canais: os sites corporativos e a plataforma do Instagram. Essas ferramentas são amplamente utilizadas pelas EJs como forma eficiente de alcançar seu público-alvo e comunicar suas ações de maneira direcionada e efetiva. Além disso, é possível observar que as EJs também fazem uso de outras redes sociais, como o LinkedIn e o Facebook, como meios secundários de divulgação de suas atividades.

É relevante ressaltar que, no âmbito desta pesquisa, constatou-se que nenhuma das EJs analisadas cumpriu integralmente o requisito de apresentar o CNPJ em suas redes sociais e sites corporativos. Essa falta de conformidade indica uma lacuna na divulgação de informações essenciais sobre a identidade e legalidade das EJs.

A ausência do CNPJ nessas plataformas pode prejudicar a transparência e a credibilidade das empresas, além de não estar em conformidade com as regulamentações e obrigações legais pertinentes. É fundamental que as EJs reconheçam a importância de cumprir esses requisitos para garantir uma presença online adequada e confiável.

4.4 Certidão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

Em relação aos CNPJs das EJs estudadas, observou-se que a maioria das EJs apresenta uma situação cadastral ativa, o que indica que estão devidamente registradas e em conformidade com as obrigações legais. No entanto, foi identificado que uma empresa está registrada como baixada, indicando que encerrou suas atividades.

Além disso, 3 EJs foram classificadas como situação de inapta, o que sugere que estão com pendências ou irregularidades em seu cadastro. As EJs em situação inapta são a MuseoTec Consultoria e Serviços em Museologia, ResultAgro e a Matriz.

É fundamental ressaltar a relevância de manter o CNPJ sempre atualizado e em conformidade com as normas estabelecidas. Essas medidas são essenciais para assegurar a regularidade e a legitimidade das atividades desenvolvidas pelas EJs. Manter o CNPJ em dia é uma responsabilidade que contribui para a transparência, a confiabilidade e a sustentabilidade dessas empresas, proporcionando maior segurança jurídica tanto para as próprias, quanto para seus parceiros, colaboradores e clientes.

Diante disso, estar em conformidade com as obrigações legais relacionadas ao CNPJ é um requisito indispensável para participar de projetos, obter financiamentos e

estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas. Portanto, é imprescindível que as EJs estejam atentas à regularização do seu CNPJ, buscando sempre manter seus dados atualizados e em consonância com as exigências legais.

4.5 Quadro de Sócios e Administradores (QSA)

Outro ponto a ser analisado das EJs é o quadro de sócios e administradores (QSA), onde devem ser devidamente informados os nomes dos sócios e administradores da empresa no campo designado do formulário. No entanto, é preciso registrar apenas o presidente, que é o representante legal do CNPJ da empresa. Essa informação é crucial para garantir a transparência e a conformidade com as normas legais estabelecidas para a composição e representação da empresa.

A maioria das EJs analisadas está em conformidade com as diretrizes de registro do QSA. Essas empresas possuem o devido registro na Receita Federal Brasileira (RFB) e estão em conformidade com os demais documentos exigidos. No entanto, foi identificado que 3 EJs registraram não apenas o presidente, mas também o diretor, e algumas até registraram mais de um diretor. Essa prática não está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação para o registro do QSA. É importante que as EJs estejam atentas a essas diretrizes e realizem os devidos ajustes para garantir a conformidade legal em relação à composição do quadro de sócios e administradores.

Quadro 5 – Relação entre as EJs fora das diretrizes do QSA

Empresas Júniores	QSA
Aracá	Presidente – Pedro Neves da Silva Farias Diretor – Rafael Torres Serpa
Genesys	Presidente – Caio Duarte Miranda Diretor – Artur Carvalho Stranz Diretor – Isaias Pereira Dias Filho Diretor – Marcus Vinicius Rocha de Carvalho da Costa Diretor – Felipe de Oliveira Mesquita
MuseoTec Consultoria e Serviços em Museologia	Presidente – Clara Linhares Sautchuk Diretor – Mayara Dias Miranda Diretor – Emilia Lopes de Moraes Diretor – Erika Matheus Cunha

Fonte: Elaboração própria

4.6 Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CFDF)

O Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CFDF) é uma particularidade do Distrito Federal (DF), sendo responsável por monitorar as atividades econômicas realizadas por empresas locais e facilitar a cobrança de impostos, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto sobre Serviço). Essa medida permite que o DF tenha controle sobre a arrecadação e fiscalização desses tributos, contribuindo para o funcionamento adequado da economia local.

Portanto, é obrigatório que todas as empresas cadastradas no DF e que sejam contribuintes do ICMS e ISS possuam o CFDF, e isso também se aplica às EJs. Durante a análise, verificou-se que 13 das EJs investigadas não possuem o CFDF, enquanto 2 apresentaram registros incompletos, com a ausência de informações relacionadas ao endereço.

Quadro 6 – Relação entre as EJs sem conformidade com o CFDF

Empresas Júniores	CFDF	Situação
Cogitatus	Não	Não tem cadastro
EmbraGea Consultoria Ambiental	Não	Não tem cadastro
EneNet	Não	Não tem cadastro
Facto. Agência de Comunicação	Não	Não tem cadastro
Flua Consultoria Ambiental	Não	Não tem cadastro
Genesys	Não	Não tem cadastro
Matriz	Sim	Endereço Incompleto
MecaJun	Não	Não tem cadastro
MuseoTec	Sim	Endereço Incompleto
Polaris Jr	Não	Não tem cadastro
Quark Up	Não	Não tem cadastro
ResultAgro	Não	Não tem cadastro
Socius	Não	Não tem cadastro
Struct	Não	Não tem cadastro
Terapeutica	Não	Não tem cadastro

Fonte: Elaboração própria

Empresas que não possuem o CFDF ou possuem um CFDF irregular estão sujeitas a penalidades e ao potencial cancelamento de seu CNPJ após um longo período de inadimplência.

Além disso, a ausência do CFDF impede a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e prejudica a realização de compras junto a fornecedores, pois estes não poderão emitir NF-e em nome de uma empresa que não esteja regularizada. É imprescindível, portanto, que as EJs estejam em dia com as obrigações de registro no CFDF, a fim de garantir o cumprimento das normas e a continuidade de suas operações comerciais de forma regular.

4.7 Licenciamento/Alvará

O Alvará de Funcionamento, também conhecido como Licença de Funcionamento, é um documento essencial para a constituição e operação legal de empresas, independentemente do seu porte. Emitido pela prefeitura, o alvará é concedido com base nas atividades realizadas pela empresa, mediante a apresentação dos documentos necessários e o pagamento das taxas correspondentes.

Esse documento comprova que a empresa está em conformidade com as normas municipais e possui autorização para exercer suas atividades de forma regular. É um dos

requisitos fundamentais para iniciar as operações comerciais, garantindo a segurança jurídica e a validade das atividades desenvolvidas.

A falta de alvará de funcionamento não apenas coloca o empreendimento em situação ilegal, mas também pode causar o pagamento de taxas e multas. Além disso, seus bens e mercadorias podem ser apreendidos e o responsável pode até perder seu registro profissional. Portanto, obter o alvará de funcionamento é essencial para garantir a regularidade e a segurança da empresa e do empreendedor.

Quadro 7 – Relação entre as EJs sem conformidade com licenciamento

Empresas Júnior	Licenciamento	Contrato de Licenciamento	Situação
ÁBACO Consultoria Contábil	Possui	Não	Falta o Contrato
AD&M Consultoria Empresarial	Possui	Sim	OK
Advocatta	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Aracá	Possui	Não	Falta o Contrato
ARCH	Possui	Não	Falta o Contrato
Ateliê Muda	Possui	Não	Falta o Contrato
Astrodatum	Possui	Não	Falta o Contrato
Avenir Consultoria Sanitária	Possui	Sim	OK
CJR Emp. Jr de Computação	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Cogitatus	Possui	Sim	Endereço Incompleto
Concreta Consultoria e Serviços	Possui	Não	Falta o Contrato
Confie Jr	Possui	Sim	Endereço Incompleto
Cráton Consultoria em Geologia	Possui	Não	Falta Contrato
CSTQ JR Consultoria e Serviços em Tecnologia Química	Não possui	Não	Sem Viabilidade
DoisNoveMeia Publicidade	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Domani Consultoria Internacional	Não possui	Não	Sem Viabilidade
EcoFlor	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Econsult	Não possui	Não	Sem Viabilidade

EmbraGea Consultoria Ambiental	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Endêmica Jr	Possui	Sim	Endereço Incompleto
EneTec	Não possui	Não	Sem Viabilidade
EneNet	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Engrena	Possui	Sim	Endereço Incompleto
Estat	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Facto. Agência de Comunicação	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Flua Consultoria Ambiental	Possui	Sim	OK
Genesys	Possui	Sim	OK
Grupo Gestão	Possui	Sim	OK
Lamparina Design	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Matriz	Possui	Sim	Endereço Incompleto
MecaJun	Não possui	Não	Sem Viabilidade
MuseoTec Consultoria e Serviços em Museologia	Possui	Sim	Endereço Incompleto
Nutrir	Não possui	Não	Sem Viabilidade
O2 Consultoria	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Olé Júnior	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Orc'estra Gramificação	Possui	Não	Falta o Contrato
PhyGeo	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Polaris Jr	Possui	Não	Falta o Contrato
Praxis	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Publica E	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Pupila	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Quark Up	Possui	Sim	Endereço Incompleto
Quimera	Não possui	Não	Sem Viabilidade
ResultAgro	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Socius	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Strategos	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Struct	Não possui	Não	Sem Viabilidade
TecMec	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Terapeutica	Não possui	Não	Sem Viabilidade
Zenit AeroSpace	Possui	Sim	Endereço Incompleto

Fonte: Elaboração própria

Após a análise detalhada dos termos de licenciamento entre as EJs, constatou-se um número extremamente baixo de empresas que possuem o registro de licenciamento. Apenas 22 EJs apresentaram viabilidade para realizar esse registro, indicando uma falta de adoção generalizada dessa prática. Além disso, ao observar especificamente o contrato de licenciamento, verificou-se que somente 13 EJs possuem esse documento formalizado. Esses números revelam uma baixa adesão das EJs ao licenciamento, o que pode impactar nas suas atividades.

Durante a análise, identificou-se outro problema relacionado ao licenciamento das EJs, sendo constatado que algumas delas possuem licenciamento, porém apresentam endereços incompletos ou falta de informações relacionadas ao endereço do empreendimento. Essa questão é relevante, uma vez que o endereço é um dado fundamental para a identificação e localização das empresas, além de ser necessário para diversos processos administrativos e legais.

A falta de informações completas e precisas no quesito endereço pode gerar dificuldades no contato com as EJs, bem como no cumprimento de obrigações e no estabelecimento de parcerias.

Diante dessas constatações é essencial que as empresas se conscientizem da importância do licenciamento e da correta divulgação de seus endereços, a fim de evitar dificuldades no contato e no cumprimento de obrigações legais.

4.8 Taxa de Funcionamento de Estabelecimento (TFE)

Conforme mencionado anteriormente, para o funcionamento de uma empresa é necessário o cumprimento de diversas obrigações legais, incluindo o pagamento de taxas, como a Taxa de Funcionamento de Estabelecimento (TFE). Essa taxa é aplicável a todas as empresas que realizam atividades comerciais, independentemente de serem com fins lucrativos ou não, no DF, sendo exigida desde o início das operações.

O objetivo da TFE é viabilizar o controle e a fiscalização das atividades econômicas realizadas no âmbito do DF, garantindo a conformidade das empresas e contribuindo para a sustentabilidade da economia local. Portanto, é fundamental que as empresas estejam cientes da necessidade de pagamento da TFE e cumpram com essa obrigação para garantir a regularidade e a legalidade de suas operações.

Quadro 8 – Relação entre as EJs sem TFE

Empresas Júnior	TFE
Advocatta	Não está inscrito
AGER	Não está inscrito
Aracá	Não está inscrito
ARCH	Não está inscrito
Ateliê Muda	Não está inscrito
Avenir Consultoria Sanitária	Não está inscrito
Cogitatus	Não está inscrito
Confie Jr	Não está inscrito
CSTQ JR Consultoria e Serviços em Tecnologia Química	Não está inscrito
Domani Consultoria Internacional	Não está inscrito

EcoFlor	Não está inscrito
EmbraGea Consultoria Ambiental	Não está inscrito
Endêmica Jr	Não está inscrito
EneTec	Não está inscrito
EneNet	Não está inscrito
Facto. Agência de Comunicação	Não está inscrito
Genesys	Não está inscrito
Grupo Gestão	Não está inscrito
Lamparina Design	Não está inscrito
Matriz	Não está inscrito
MuseoTec Consultoria e Serviços em Museologia	Não está inscrito
Nutrir	Não está inscrito
O2 Consultoria	Não está inscrito
Olé Júnior	Não está inscrito
Orc'estra Gramificação	Não está inscrito
PhyGeo	Não está inscrito
Publica E	Não está inscrito
Pupila	Não está inscrito
Quark Up	Não está inscrito
Quimera	Não está inscrito
ResultAgro	Não está inscrito
Socius	Não está inscrito
Strategos	Não está inscrito
Struct	Não está inscrito
TecMec	Não está inscrito
Terapeutica	Não está inscrito
Zenit AeroSpace	Não está inscrito

Fonte: Elaboração própria

Durante a análise das obrigações legais das EJs, constatou-se que um dos aspectos em que muitas delas falham é no cumprimento das exigências relacionadas à TFE. Dos casos analisados, foi identificado que 37 EJs não possuem registros de pagamento dessa taxa junto ao DFLegal, órgão responsável pela sua cobrança e controle.

Apenas 16 EJs estão devidamente inscritas e regularizadas neste aspecto, embora algumas delas ainda tenham parcelas pendentes, porém ainda dentro do prazo de vencimento. Esses resultados indicam uma significativa falta de adesão e conformidade das EJs em relação à TFE, o que pode acarretar em implicações legais e financeiras para essas empresas.

É de extrema importância que as EJs regularizem sua situação junto ao DFLegal (Departamento de Fazenda do Distrito Federal) a fim de exercer suas atividades de forma legal. O não pagamento das taxas e a falta de regularização podem acarretar consequências graves, como a impossibilidade de realizar suas atividades comerciais e emitir notas fiscais. Portanto, é extremamente necessário que as EJs cumpram suas obrigações fiscais e tomem as medidas necessárias para garantir sua regularidade perante os órgãos competentes.

4.9 Atos Declaratórios Executivos (ADE) da Receita Federal Brasileira (RFB)

É relevante ressaltar também a importância dos Atos Declaratórios Exclusivos (ADE) emitidos pela RFB, os quais indicam a situação do CNPJ das empresas, seja inapta ou com alguma pendência. Esses ADEs são instrumentos utilizados pela RFB para informar sobre a regularidade fiscal das empresas e podem conter informações importantes sobre a situação cadastral e eventuais problemas encontrados.

Portanto, é fundamental que as empresas estejam atentas a esses ADEs, verificando regularmente a situação do seu CNPJ junto à Receita Federal, a fim de identificar e resolver prontamente qualquer pendência ou irregularidade, garantindo assim a conformidade legal e a regularidade fiscal.

Durante a análise das EJs, foram identificados casos em que ADEs da RFB indicavam a inaptidão do CNPJ das EJs. No entanto, é importante ressaltar que essas situações já foram devidamente resolvidas e as EJs regularizaram sua situação cadastral. Por outro lado, em relação a 3 EJs específicas, os resultados encontrados foram a omissão na declaração de documentos, como podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 9 – Relação entre as EJs com ADEs

Empresa Júnior	Situação	Razão
Matriz Engenharia de Energia	Inapta	DCTF mensal 2021 MAI ECF Anual 2020 ECF Anual 2021
MuseoTec – Consultoria e Serviços em Museologia	Inapta	DCTF Mensal 2021 ABR DCTF Mensal 2022 FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, JUL, A GO ECF Anual 2020 ECF Anual 2021
Associação Júnior de Gestão do Agronegócio – ResultAgro	Inapta	DCTF Mensal 2013 JAN, FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, J UL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ DCTF Mensal 2014 JAN, FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, J UL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ DCTF Mensal 2015 JAN, FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, J UL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ DCTF Mensal 2016 JAN, FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, J UL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ DCTF Mensal 2017 JAN, FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, J UL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ DCTF Mensal 2018 JAN, FEV, MAR, ABR, MAR

Fonte: Elaboração própria

4.10 Processos na RFB

Ao analisar os processos administrativos das EJs, constatou-se a existência de alguns processos em aberto e outros já arquivados. Essa informação é apresentada de forma detalhada na tabela a seguir:

Quadro 10 – Relação entre as EJs com os processos na RFB

Empresas Júniores	Assunto	Situação
Econsult	Pedido de parcelamento na internet – Assunto tributário	Em Andamento - 2017
	Pedido de parcelamento na internet – Assunto tributário	Em Andamento - 2017
	PER Eletrônico – Pagamento a maior ou indevido	Arquivado - 2020
	PER Eletrônico – Pagamento a maior ou indevido	Arquivado - 2020
Matriz Engenharia de Redes	Inscrição em DAU MEAD – Inscrição na dívida ativa	Em Andamento - 2021
MuseoTec – Consultoria e Serviços em Mus	Inscrição em DAU MEAD – Inscrição na dívida ativa	Em Andamento – 2021
	Inscrição em DAU MEAD – Inscrição na dívida ativa	Em Andamento – 2021
Orc’Estra Gramificação - Empresa Júnior de Engenharia de Softwer	PER Eletrônico – Pagamento a maior ou indevido	Arquivado - 2019
Terapêutica Empresa Júnior de Farmácia D	Inscrição em DAU MEAD – Inscrição na dívida ativa	Em andamento - 2022

Fonte: Elaboração própria

Quase nenhum processo foi iniciado pelas EJs junto à Receita Federal, o que indica que elas estão em conformidade com as obrigações fiscais e tributárias. Isso demonstra um cuidado adequado por parte das empresas em relação aos aspectos legais e uma postura proativa na regularização de suas atividades.

No entanto, é importante ressaltar que, embora a maioria das EJs esteja em conformidade com as obrigações fiscais, foram identificadas 2 empresas que possuem processos em andamento na inscrição na dívida ativa.

A existência de uma dívida ativa impede a emissão de certidão de regularidade fiscal e pode resultar em uma ação judicial de cobrança com um ritmo mais rápido e abrangente do que um processo comum. Além dos custos da dívida em si, a empresa também terá que arcar com as despesas judiciais, honorários advocatícios e contratação de um advogado. Portanto, é crucial que essas EJs tomem as medidas adequadas para regularizar sua situação e evitar maiores consequências legais e financeiras.

4.11 Certidões negativas

Finalizando a análise das EJs, é importante ressaltar a verificação das certidões negativas, uma etapa crucial para avaliar sua situação tributária, fiscal, trabalhista e legal. Caso a certidão negativa não possa ser emitida, isso pode indicar a existência de problemas nessas áreas, que variam de acordo com cada caso específico.

De forma alternativa, pode-se descrever a certidão negativa como um documento que comprova a situação regular de uma empresa ou pessoa física perante um órgão público ou entidade governamental. Essa certificação atesta que não existem pendências, irregularidades ou débitos que possam comprometer a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa ou pessoa em questão.

Quase todas as EJs apresentam o cadastro regularizado perante o FGTS e empregador da Caixa Econômica Federal. No entanto, é importante ressaltar que duas empresas, a Aracá (EJ de medicina veterinária) e a Resultagro (EJ de Gestão do agronegócio), não possuem o cadastro registrado no site. Essa situação pode indicar a falta de regularização dessas empresas perante os órgãos competentes, o que pode acarretar em possíveis problemas futuros. É recomendável que essas EJs adotem as medidas necessárias para regularizar seu cadastro, a fim de evitar qualquer tipo de impasse ou inconformidade com as obrigações trabalhistas e legais.

Outra certidão exigida para este trabalho é a Certidão de Regularidade da Receita Federal do Brasil (RFB). Essa certidão é amplamente conhecida como Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou simplesmente CND. Através desta certidão, são verificados os débitos relacionados aos créditos tributários federais e à dívida ativa da União. A CND é um documento essencial que comprova a regularidade da empresa perante os tributos cobrados pela União, como PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Quadro 11 – Relação entre as EJs com CND irregulares

Empresas Júniores	Situação CND
Avenir Consultoria Sanitária	Não existe certidão emitida
Engrena	Não existe certidão emitida
Matriz	Não existe certidão emitida
MuseoTec Consultoria e Serviços em Museologia	Não existe certidão emitida
Nutrir	Não existe certidão emitida
Praxis	Não existe certidão emitida
ResultAgro	Não existe certidão emitida
Terapeutica	Não existe certidão emitida

Fonte: Elaboração própria

Quase todas as EJs analisadas estão em conformidade e não possuem débitos federais ou previdenciários pendentes. Com exceção das EJs listadas na tabela acima, que não possuem nenhuma certidão emitida, a maioria delas apresenta uma situação regular, cumprindo suas obrigações tributárias e não possuindo dívidas em aberto ou em litígio com a Receita Federal. Isso demonstra a boa saúde financeira e o comprometimento dessas empresas com suas responsabilidades fiscais.

Quanto às certidões negativas da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, verificou-se que em 4 EJs não foi possível emitir a certidão devido à existência de alguma pendência junto à Receita Federal. As EJs afetadas por essa situação foram a Ábaco (Ciências Contábeis), Astrodatum (Geografia), Engrena (Engenharia Automotiva) e Praxis (Psicologia).

É de suma importância realizar a verificação das certidões negativas nos tribunais, pois esse procedimento permite identificar se uma pessoa está envolvida ou já esteve em algum processo criminal ou civil. Conhecido também como certidão de Nada Consta, esse documento pode ser exigido em determinados processos de contratação. Dessa forma, garante-se a segurança e integridade das relações profissionais ao se avaliar a idoneidade dos envolvidos.

A emissão do nada consta não foi viável para a maioria das EJs, uma vez que nenhuma certidão foi encontrada. Apenas em sete empresas foi possível obter o referido documento, que atesta a ausência de registros ou pendências. Essas empresas são:

Quadro 12 – Relação entre as EJs com Nada Consta

Empresas Júniores	Nada consta
ABACO Consultoria Contábil	OK
MuseoTec Consultoria e Serviços em Museologia	OK
Nutrir	OK
O2 Consultoria	OK
Olé Júnior	OK
Orc'estra Gramificação	OK
Terapeutica	OK

Fonte: Elaboração própria

Tal constatação ressalta a importância de se obter essa certificação, pois ela representa uma comprovação da regularidade e idoneidade das EJs em questão.

Ao analisar a situação das EJs em relação ao Tribunal Regional Federal (TRF), constatou-se que nenhuma delas possui qualquer processo civil e criminal em andamento ou registrado no referido tribunal. Isso significa que as EJs não estão envolvidas em litígios ou disputas judiciais de natureza civil e criminal que estejam sob a jurisdição do TRF. Essa constatação é importante, pois evidencia a boa situação legal das empresas, indicando que não há questões legais pendentes ou em andamento nos tribunais federais relacionadas a processos. Essa informação contribui para fortalecer a reputação e a confiabilidade das EJs no âmbito jurídico.

Infelizmente, não foi possível realizar a análise das certidões junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), pois o site do tribunal encontrava-se indisponível para a obtenção das informações necessárias. Essa falta de acesso impediu a verificação da situação das EJs em relação a processos trabalhistas em andamento ou registros de pendências no TST. Dessa forma, não foi possível obter informações detalhadas sobre eventuais questões trabalhistas que possam envolver as empresas. A indisponibilidade do site do TST limitou a obtenção de dados relevantes nessa área específica, impossibilitando uma análise completa da situação legal das EJs nesse aspecto.

De acordo com a Certidão nº 5/2023, emitida em conformidade com o Art. 9º da Resolução CNJ nº 185 de 18/12/2013, é certificada a indisponibilidade dos sistemas de informática e aplicações do Tribunal Superior do Trabalho devido a uma falha no equipamento de armazenamento. Essa indisponibilidade foi comprovada por evidências e registros, e está amparada pelos artigos 10 e 11 da mencionada Resolução.

"Certifico, nos termos do Art. 9º da Resolução CNJ nº 185 de 18/12/2013, a indisponibilidade dos sistemas de informática e aplicações do Tribunal Superior do Trabalho em decorrência de falha no equipamento de armazenamento, amparados em evidências e registros certifico a indisponibilidade nos termos dos artigos 10 e 11 da Resolução acima mencionada, a partir das 09h40 do dia 08/05/2023 com restabelecimento dos sistemas administrativos e jurídicos às 21:10 horas do mesmo dia." (Certidão nº 5/2023)

5 Resultado

Após a análise e discussão de todos os critérios incorporados à metodologia deste estudo, evidenciou-se uma incidência significativa de lacunas na documentação essencial para a operacionalização das Empresas Juniores. O quadro subsequente delinea a relação entre as EJs que possuem ou não o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CFDF), Licenciamento e Termo de Funcionamento Específico (TFE), documentos essenciais para o funcionamento adequado dessas entidades.

Quadro 13 - Relação entre as EJs que possuem CFDF, licenciamento e TFE

EJs	CFDF	Licenciamento	TFE
ABACO	Sim	Sim	Sim
AD&M	Sim	Sim	Sim
Advocatta	Sim	Não	Não
Aracá	Sim	Sim	Não
ARCH	Sim	Sim	Não
Ateliê Muda	Sim	Sim	Não
Astrodatum	Sim	Sim	Sim
Avenir	Sim	Sim	Não
CJR Emp. Jr	Sim	Não	Sim
Cogitatus	Não	Sim	Não
Concreta	Sim	Sim	Sim
Confie Jr	Sim	Sim	Não
Cráton	Sim	Sim	Sim
CSTQ JR	Sim	Não	Não
DoisNoveMeia	Sim	Não	Sim
Domani	Sim	Não	Não
EcoFlor	Sim	Não	Não
Econsult	Sim	Não	Sim
EmbraGea	Não	Não	Não
Endêmica Jr	Sim	Sim	Não
EneTec	Sim	Não	Não
EneNet	Não	Não	Não

Engrena	Sim	Sim	Sim
Estat	Sim	Não	Sim
Facto.	Não	Não	Não
Flua	Não	Sim	Sim
Genesys	Não	Sim	Não
Grupo Gestão	Sim	Sim	Não
Lamparina Design	Sim	Não	Não
Matriz	Sim	Sim	Não
MecaJun	Não	Não	Sim
MuseoTec	Sim	Sim	Não
Nutrir	Sim	Não	Não
O2 Consultoria	Sim	Não	Não
Olé Júnior	Sim	Não	Não
Orc'estra	Sim	Sim	Não
PhyGeo	Sim	Não	Não
Polaris Jr	Não	Sim	Sim
Praxis	Sim	Não	Sim
Publica E	Sim	Não	Não
Pupila	Sim	Não	Não
Quark Up	Não	Sim	Não
Quimera	Sim	Não	Não
ResultAgro	Não	Não	Não
Socius	Não	Não	Não
Strategos	Sim	Não	Não
Struct	Não	Não	Não
TecMec	Sim	Não	Não
Terapeutica	Não	Não	Não
Zenit AeroSpace	Sim	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria

Apenas 37 das 50 Empresas Juniores (EJs) apresentam registro no Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CFDF). Dentre essas, destaca-se uma situação atípica nas EJs denominadas Matriz e Museotec, que, embora registradas, não evidenciam informações de endereço em seus documentos.

No tocante ao licenciamento, constata-se uma proporção ainda mais alarmante, com apenas 14 EJs possuindo o cadastro completo, 8 exibindo cadastro incompleto devido à ausência de informações sobre endereços e 28 destituídas de qualquer cadastro para o licenciamento. A preocupação é acentuada pelo baixo número de EJs que, mesmo registradas, possuem contrato de licenciamento.

Por fim, no que concerne ao Termo de Funcionamento Específico (TFE), apenas 15 EJs encontram-se devidamente cadastradas e realizam o pagamento da taxa de maneira adequada, enquanto 35 EJs não apresentam qualquer registro no referido termo. Esses achados revelam uma visão detalhada e preocupante da situação documental das EJs investigadas.

Apenas 6 Empresas Juniores (ABACO, AD&M, Astrodatum, Concreta, Engrena e Cráton) operam de maneira conforme às normativas estabelecidas, mantendo-se em conformidade com todos os requisitos documentais, taxas e declarações exigidas. É preocupante quando comparamos com o total de EJs na Universidade de Brasília. Mostra que um pequeno grupo está seguindo todas as regras enquanto muitas outras não estão. Isso destaca a importância de entender melhor o por que disso está acontecendo e tomar medidas para que todas as Empresas Juniores da UNB sigam as regras corretamente.

6 Conclusão

Foi constatado que diversas Empresas Juniores (EJs) examinadas apresentam deficiências nos seus registros cadastrais junto aos órgãos públicos. Essas deficiências representam um cenário preocupante, pois a ausência de registros adequados e informações corretas nos órgãos públicos competentes podem acarretar em consequências legais adversas.

Tais desdobramentos podem acarretar a aplicação de sanções financeiras, medidas punitivas, desencadeamento de litígios legais e, em circunstâncias mais severas, a interrupção das atividades da empresa. É de suma importância que as EJs se adequem às normas regulatórias e cumpram devidamente os critérios de registro, a fim de evitar tais implicações prejudiciais à sua operação e reputação.

A pesquisa de campo revelou que muitas EJs fornecem endereços de forma incompleta, omitindo informações essenciais, como o local exato de suas operações e os números de salas ocupadas, algo que dificultou a apuração dos endereços reais. Além disso, em relação aos dados públicos cadastrais, constatou-se uma significativa carência de documentos indispensáveis para a operação legal das EJs, bem como a presença de dados desatualizados em alguns casos.

Essa falta de precisão e dados desatualizados nos endereços divulgados pelas EJs, pode gerar dificuldades na localização de suas sedes e prejudicar a comunicação com parceiros e clientes. A ausência de informações completas sobre a localização específica das empresas também pode afetar a credibilidade e a confiança em relação aos serviços oferecidos.

Diante dessas constatações, torna-se fundamental que as EJs melhorem seus processos de divulgação de endereços, garantindo a completa e correta informação de suas localizações operacionais. Além disso, é essencial que essas empresas atualizem regularmente seus dados cadastrais junto aos órgãos competentes, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações legais e manter a confiabilidade de suas informações perante o mercado.

Nesse contexto, o propósito deste estudo visa estabelecer e desenvolver um projeto de extensão no âmbito do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de oferecer suporte e implementar estratégias abrangentes para aprimorar os registros cadastrais das Empresas Juniores.

O foco principal é fornecer assistência técnica especializada e orientação personalizada para que essas organizações possam aprimorar seus processos de cadastramento e garantir a conformidade legal. Através de análises minuciosas, identificação de áreas de melhoria e a implementação de medidas corretivas, busca-se otimizar a precisão e a consistência dos cadastros das EJ, fortalecendo sua base legal e facilitando o cumprimento das obrigações estabelecidas pelos órgãos competentes. O projeto também visa fornecer orientação estratégica para promover boas práticas de gestão cadastral, visando a organização e a eficiência operacional.

7 Referências

ALVES, N. **Empresas juniores**. Disponível em:

<<https://pctec.unb.br/inovacao-unb/empresas-juniores>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

AVENI, A.; DEL FIACO, R. M.; DE GOIS, T. C. Empresas Junior: suas características com base as pesquisas nacionais da Brasil Júnior e em Brasília no Distrito Federal - DOI: 10.5102/un.gti.v6i1.3902. **Universitas Gestão e TI**, v. 6, n. 1, 2016.

BOUZADA, E. et al. **Empresas juniores como espaços de apoio**.

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v14n4/v14n4a11.pdf>>.

Acesso em: 4 jul. 2023.

Conceito Nacional de Empresa Júnior. Disponível em:

<<https://uploads.brasiljunior.org.br/uploads/cms/institucional/file/file/5/CNEJ.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Confederação Brasileira de Empresas Juniores. DNA Júnior: conhecendo o MEJ . Livro I. **Livro I. Brasília: Brasil Júnior**, 2015.

CUNHA, F. A. G. da. **DNA Júnior. Rio de Janeiro: Brasil Júnior**, [2004?].

DA CUNHA, F. A. G. **DNA Júnior**. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/agrobio/DNA_Junior_EJ18.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.

DNA Júnior Livro III. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/crej/files/2012/09/DNAJu%CC%81nior-Livro-III-Regulamentac%CC%A7a%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

EMPRESA, C., Jr; ATUAÇÃO, S. C. C. **EMPRESAS JUNIORES DA UnB**.

Disponível em:

<https://boasvindas.unb.br/images/empresas_juniores_2019.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.

FERNANDES, D. M. M.; RITTER, N. C. L. EMPRESA JÚNIOR:

CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR-

EMPREENDEDOR. **Revista Conexão UEPG**, v. 14, n. 2, p. 272–282, 2018.

GONÇALVES, J.; DA SILVA, R. A EMPRESA JÚNIOR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR.

Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/942288.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

L13267. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13267.htm>. Acesso em: 4 jul. 2023.

NEVES, B. R. F. IMPLEMENTAÇÃO DE EMPRESAS JUNIORES A LUZ DA LEI Nº13.267: ESTUDO DE CASO PLANEJ. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24837/1/2016.2_IMP LEMENTA%C3%87%C3%83O%20DE%20EMPRESAS%20JUNIORES%20A%20LUZ%20DA%20LEI%20N%C2%B013.267%20ESTUDO%20DE%20CASO%20PLANEJ.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.

O Tratamento Tributário das Empresas Juniores e as imunidades dos artigos 150. v. 195, [s.d.].

Portal CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília. Disponível em:

<<http://nupitec.cdt.unb.br/programaseprojetos/empresajr/empresasjuniore/?menu-principal=programas-e-projetos&menu-action=empresasjuniore>>.

Acesso em: 4 jul. 2023.

PORTFÓLIO EJS.pdf. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1UbGFUiJRpbDib8_tS9qdwKp4Kr7SoTg/view?pli=1v>. Acesso em: 4 jul. 2023.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em:

https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em: 9 jan. 2017.

SILVA, P. C. R. da. Empresa Júnior na prática. Brasília: Editora Kir

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO -UFRJ FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS -FACC ESTUDO DE CASO: ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA CRAFT CONSULTORIA EMPRESA JÚNIOR A LEI NACIONAL 13.267/2016.

Disponível em:

<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14514/1/ARCorcias.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

View of Pesquisa sobre empresas juniores em instituições de ensino superior do Distrito Federal: estudo de caso com foco no Centro Universitário IESB. Disponível em:

<<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/790-3159/pdf>>.

Acesso em: 4 jul. 2023.

